

Quinta-Feira, 12 de Março de 2026

## **Wilson Santos propõe audiência pública em 2026 para debater uso de câmeras nas fardas da Polícia Militar**

**Segurança Pública**

Redação com assessoria

Durante reunião da Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), nesta terça-feira (11), o deputado estadual Wilson Santos (PSD) defendeu novamente o uso de câmeras corporais nas fardas dos policiais militares e sugeriu a realização de uma audiência pública no primeiro semestre de 2026 para debater o tema.

O parlamentar destacou que o objetivo é reunir representantes das forças de segurança de Mato Grosso, além de membros da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Militar de São Paulo, onde a tecnologia já é utilizada.

“Será muito importante debatermos o tema e contarmos com a participação de quem já tem experiência prática. As câmeras corporais aumentam a transparência e a segurança nas ações policiais”, afirmou Wilson Santos.

O presidente da comissão, deputado Elizeu Nascimento (PL), manifestou apoio à proposta e deixou a definição da data a cargo de Wilson, reconhecendo sua dedicação à pauta. Chico Guarnieri (PRD) também apoiou a iniciativa e sugeriu que o encontro ocorra já nos primeiros meses de 2026.

Wilson lembrou que o Projeto de Lei nº 213/2023, de sua autoria, que previa a obrigatoriedade das câmeras em Mato Grosso, foi retirado de pauta em março deste ano para ampliar o diálogo com as corporações e especialistas.

Segundo o deputado, experiências em outros estados e países mostram resultados “extraordinariamente positivos”. Ele citou o exemplo de São Paulo, onde o uso das câmeras reduziu em mais de 60% os confrontos com mortes entre policiais e civis.

“As câmeras são aliadas dos policiais. Quem segue os protocolos não tem o que temer. Elas representam um gesto de civilização e uma ferramenta para proteger vidas”, afirmou.

Com a previsão da audiência pública para 2026, Wilson Santos reforça sua defesa por uma segurança pública mais moderna, transparente e humanizada, baseada na tecnologia e no respeito à vida — princípios que defende desde que apresentou a proposta pela primeira vez, em 2021.